

A estabilidade da pobreza



José Paulo Kupfer

Um pouquinho melhor, mas ainda muito ruim. Essa é a fotografia do Brasil em três indicadores sociais divulgados esta semana. Em dois deles, de abrangência mundial — o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o novíssimo Índice de Progresso Tecnológico (ITAI, na sigla em inglês), ambos levantados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) —, o País mantém uma posição inferior no pelotão intermediário.

O terceiro estudo, este nacional, produzido pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), aponta uma redução de 5% no contingente de pobres das seis maiores regiões metropolitanas, entre 1999 e 2000, mas informa que existem 50 milhões de brasileiros — cerca de 30% da

população — pobres ou miseráveis. E revela que, no período analisado, aumentou o número de pessoas consideradas miseráveis, neste exército de desvalidos. Ou seja, o levantamento, intitulado "mapa do fim da fome", mostra também que, em fins dos anos 90, recrudescera a concentração de renda.

Analisado em profundidade num outro estudo recente, produzido por pesquisadores do IPEA, o fenômeno da concentração de renda no Brasil mostra uma incrível e perversa estabilidade. Ao longo do tempo, mesmo quando a economia cresce, a distribuição de renda não melhora. O Brasil segue figurando entre os campeões mundiais da má distribuição de renda. Num conjunto de 92 países com informações disponíveis, de acordo com os economistas Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça, da diretoria de estudos sociais do IPEA, o Brasil disputa a indesejada primazia com Malawi e África do Sul.

No trabalho, intitulado "A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil", concluído em junho, os pesquisadores

qualificam o fenômeno da desigualdade de renda: quase 80% da população mundial vive em países com renda per capita inferior à brasileira e, na verdade, a população brasileira, tomada pela média, não está entre as mais pobres do mundo. Contudo, se, no Brasil, 30% da população é pobre, nos países com renda per capita similar à brasileira, os

pobres não chegam a somar 10% da população. A má distribuição de renda explica a assimetria.

"Nosso extremo grau de desigualdade distributiva representa o principal determinante da pobreza", concluíram os pesquisadores do IPEA. Com base num exaustivo conjunto de simulações estatísticas, eles verificaram o que aconteceria com os níveis de pobreza no Brasil, caso a distribuição de renda fosse semelhante à de uma série de países. Assim, se, por exemplo, a distribuição de renda brasileira fosse igual à uruguaia, a parcela de pobres, no Brasil, encolheria de 30%

para menos de 15% do total da população. Comparado com Argentina, Venezuela, Peru ou mesmo Bolívia, o número de pobres cairia para menos 20% da população.

Tanto quanto o grau de concentração — o 1% mais rico da população detém parcela da renda superior à apropriada por metade de toda a população —, a persistência da má

distribuição de renda é um escândalo social. "O grau de desigualdade observado em 1999 é bastante similar ao do início da série, no final da década de 70", registram os pesquisadores. De fato, a razão entre a renda média

dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres, que era de 27,5, em 1977, permanecia em 27,2, mais de 20 anos depois, na virada da década de 90, com picos de concentração na última metade dos anos 80.

Para Ricardo Henriques, um dos autores do estudo do IPEA, o grau de concentração de renda e sua persistência são explicados pela

ocorrência de um fenômeno de "naturalização" da desigualdade. "Governos e sociedade convivem há tanto tempo com essa situação que a desigualdade, de tão banal, passou a ser, na prática, tratada como coisa natural", diz ele. A construção da "resistência" social à distribuição de renda, segundo Henriques, deriva de alguns momentos decisivos da formação histórica moderna do País. "Um deles", diz o pesquisador, "localiza-se na transição da escravidão, tardia, anestesiada e não participativa." Um outro pode ser encontrado no pacto getulista, definidor de um modo de adaptação ao modelo de bem-estar social europeu, que estabelece, com as leis trabalhistas, por exemplo, uma cidadania apenas para os incluídos nos sistemas formais.

Os pesquisadores do IPEA concluem que a pobreza reagiria mais e mais rápido a esforços de aumento da equidade do que ao crescimento econômico. Mas constatam, "com algum incômodo", que os únicos mecanismos utilizados são os do crescimento. ■

E-mail: jpkupfer@gazetamercantil.com.br

"O extremo grau de desigualdade distributiva é o principal determinante da pobreza", constata estudo do IPEA